

# A Justiça e a Caridade

3 JAN 1982

Said Farhat

*Economia Brasil*

Nossa tendência de preocupar-nos sempre com o transitório e o adjetivo, fazem-nos perder muito tempo útil; melhor consagrado à formulação das instituições permanentes desejadas. Até aqui, o Estado brasileiro vem sendo conduzido — e não de hoje, ou de agora — como se não tivéssemos futuro. Como se tudo fosse terminar amanhã, como o carnaval sempre “acaba na quarta-feira”. Formulações de longo prazo, coisas a acontecer no futuro mais ou menos remoto, deixam-nos frios e indiferentes. Alguns entre nós sabem administrar crises; outros esmeram-se em apagar incêndios; poucos se ocupam de preveni-los, evitar que aconteçam. E quando chega o problema ou a catástrofe, vamos pressurosos remediar, consertar, endireitar. A custos sempre muito mais elevados do que o investimento aconselhado pela prudência e a antevisão do sentido da história.

Quando, tínhamos borracha, deixamos aos outros a iniciativa de cultivá-la e produzi-la em quantidades tais que sem preços se aviltariam a ponto de reduzir à miséria os nababos do dia anterior. Não soubemos defender o café. Praticamos uma política de preços que terminou por estimular concorrências inesperadas, servidas por melhor técnica. Não soubemos ver a simplificação da primeira elevação dos preços do petróleo (lembram-se? para quatro dólares o barril, em 1973, outra década, outra era). Consequentemente, sofremos até hoje os prejuízos decorrentes. E, para terminar por aqui, imaginamos que os preços internacionais iriam parar pelos seis, 10 ou 12 dólares o barril. Imprevidentes, endividamo-nos como tresloucados, sonhávamos aos banqueiros o presente e o futuro de todos nós.

Mas não soubemos, ou não quisemos, distribuir os encargos decorrentes de nossa imprevidência de maneira equitativa pelos vários segmentos da sociedade. Fizemos recair maior peso sobre os indivíduos do que sobre as empresas. Penalizamos as empresas nacionais, em benefício das grandes corporações com filiação internacional. E, entre as pessoas físicas, carregamos a mão nos impostos diretos e indiretos, fazendo recair sobre os mais pobres uma proporção inimaginável de custos e ônus.

Esquecemo-nos, por certo, do ensinamento de Platão, em sua **República**: “Nosso objetivo na construção do Estado deve ser a maior felicidade do todo; não a de uma classe qualquer”.

A felicidade do corpo social como um todo, e não de qualquer de suas partes, ou de algumas delas, é um bom tema para este começo de ano. Nisso não nos temos esmerado. Procuramos — e conseguimos — fazer a felicidade da nobre classe dos emprestadores de dinheiro: nacionais e internacionais. Olvidando, talvez, que o pagador de juros é sempre o povo. Resultado: deveremos fechar o ano de 1982 com uma dívida interna de 5 trilhões de cruzeiros e externa de 75 bilhões de dólares. Quer dizer: cada brasileiro, homem, mulher, criança, adulto ou velho, fechará sua conta-bi-

lidade pessoal com um débito de mais de 150 mil cruzeiros. Ou seja, a remuneração anual de um trabalhador de salário mínimo: a grande maioria dos empregados para os que ganham ainda menos.

Promover a felicidade do todo pressupõe colocar a justiça social adiante de qualquer outra preocupação. A Justiça deve preceder até a Caridade, segundo se depreende das reflexões da Igreja, durante o Concílio Vaticano II. Quer dizer: o Estado deve preocupar-se antes com a igualdade de oportunidades do que com o suprimento das injustiças sociais através de atitudes ou atividades remediais ou assistenciais. Deve facilitar e colocar à disposição da sociedade os meios necessários a que cada um dos seus membros possa usufruir com mais equidade dos frutos do trabalho comum. Deve estar vigilante para assegurar a todos os seus membros, e não apenas a algumas classes, o acesso aos bens materiais, morais e espirituais que tornam a vida mais digna. Deve garantir a criação de postos de trabalho a todos os cidadãos válidos, de maneira que cada um, segundo suas qualificações, possa prover o sustento de sua família. O direito ao trabalho é o mais fundamental de todos os direitos da sociedade. Sem trabalho, o homem fica dependente da maior ou menor generosidade do Estado ou da comunidade, para realizar suas mais elementares funções sociais.

Quando leio notícias sobre o desemprego fico pasmo com a relativa indiferença dos mais abastados para o fato de haver no Brasil milhões de pessoas, perfeitamente habilitadas — algumas super-habilitadas — que não conseguem trabalhar. Estudo recente do Ministério do Trabalho, citado pela “Folha de S. Paulo”, dá conta de que “de dois milhões de desempregados (nas regiões metropolitanas), cerca de 30 por cento tinham o segundo grau de escolaridade completo”. A grande maioria destes, ainda segundo o estudo citado pelo jornal, “já possuía curso de nível superior completo e a parcela restante cursava Universidade”. Com efeito. Milhares de médicos, engenheiros, arquitetos, cientistas sociais, psicólogos, historiadores, jornalistas e comunicadores, bacháreis em turismo, geógrafos, e profissionais de tantas outras especialidades, simplesmente não conseguem trabalho. Ou se vêem obrigados a aceitar empregos abaixo de sua capacitação. Ou têm de substituir, por menor salário, outros profissionais mais antigos. Nesse particular, a sociedade brasileira está castigando os mais habilitados, em benefício da pretensa economia na folha de pagamento das empresas e das organizações públicas. O lucro de umas e outras, eventual lucro, cheio dos perigos da imperícia, é prejuízo para toda a sociedade que tem de pagar os custos inerentes a um sistema de ensino mal recebido e piormente executado.

A felicidade do todo não se compadece com tal situação. Entre nós, por vício de formação e de vivência, procuram sempre transferir ao Estado a solução dos problemas que deveríamos resolver nós mesmos — os interessados.